

**“Questões candentes e urgentes do Território –
Centralizar, Descentralizar, Regionalizar em debate”**

Sebastião Feyo de Azevedo

Conferência a convite da AGAVI

Em 2022.09.14, na Sede da Fundação AEP, Porto

I - INTRODUÇÃO

Cumprimento todas e todos os dos os presentes, sendo devido um cumprimento especial ao Presidente António Sousa Cardoso e a todos os demais que trabalham na AGAVI, agradecendo o gosto que me dão em poder dizer estas palavras, como igualmente ao Anfitrião Amigo Dr. Luís Miguel Ribeiro, Presidente da Fundação AEP e também ao Chefe António Costa e aos Responsáveis da Symington, agradecendo a estes o prazer que acabamos de saborear.

Ora, neste ponto não posso deixar de avançar um comentário que tem a ver de facto com a essência da minha intervenção.

Espero não lhes estragar este belíssimo jantar!!!

E ao dizer desta preocupação, lembro-me dos meus cinco anos de vida britânicos, e o momento atual de partida da Rainha Isabel II também mo reforça:

Aprendi no protocolo desse País que à mesa não se fala de desgraças – sofrimentos, problemas de saúde, etc...

Pois... tenho de pensar que já não estamos à mesa... foi-me suscitado falar sobre um tema que de há muito me interessa e em que estou atualmente muito envolvido – o da organização e gestão do nosso Território - o que me obriga, necessariamente, a umas tantas palavras duras e principalmente preocupadas sobre o nosso passado recente, sobre o nosso presente e particularmente sobre o nosso futuro.

A motivação é simples - é simplesmente a perceção do ‘difícil’ estado atual do País e a necessidade sentida, premente, de políticas públicas que mudem o rumo para o futuro, para o que a Sociedade Civil tem um papel absolutamente relevante, decisivo.

Deixo-lhes, pois, um conjunto de reflexões sob esta capa:

**“Questões candentes e urgentes do Território –
Centralizar, Descentralizar, Regionalizar em debate”**

II – A RECÉM CRIADA ASSOCIAÇÃO CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO – OBJETO E GÉNESE

1. Realizou-se no passado dia 29 de abril de 2022, pelas 14 horas, no Salão Nobre do Município de Miranda do Douro, essa bela cidade museu de Trás-os-Montes, a Cerimónia de constituição, por escritura pública, da ACEC – Associação Círculo de Estudos do Centralismo, doravante designada por «Círculo».

2. O «Círculo» tem por objeto contribuir para o desenvolvimento harmonioso do Território através do fomento e divulgação de estudos sobre a sua organização político-administrativa, em que se incluem estudos relativos a fenómenos da centralização e da descentralização, esta última tomada como regionalização e municipalização nos seus diferentes graus, ou em formas mitigadas, como delegação, deslocalização e desconcentração.

3. O «Círculo» mover-se-á assim num universo multifacetado, e delicado, promovendo estudos sólidos, mas, principalmente, cumprindo a sua missão sempre com toda a abertura, sem trincheiras do pensamento, isto é, não 'partindo de conclusões', antes, e bem pelo contrário, apelando sempre à reflexão plural na procura de caminhos do futuro para servir Portugal,

4. A génese, e importa que se respeite o célebre axioma do Direito Romano, numa sua variante, '«Unicuique suum.»' ou a sua tradução mais popular de '«o seu a seu dono», identifica-se com uma intervenção em Terras de Miranda, em julho de 2021 e por ocasião da campanha para eleições autárquicas, protagonizada pelo Doutor Miguel Cadilhe, grande defensor, de há longa data, dos estudos sobre o Território e de promoção de políticas bem diversas das atuais relativas a esse tema. Dessa intervenção e, quiçá, com a inspiração da vida vivida ao longo dessa margem direita, aparentemente longínqua, do Douro, nasceu uma ideia que cativou rapidamente interesse e apoios, e que desaguou na criação do «Círculo».

5. De facto, é conhecida esta outra ideia de que na vida só obtemos resultados importantes, se trabalharmos em temas importantes, como igualmente só temos adesões importantes a projetos que trabalhem temas importantes. Este é um tema importante, fundamental para o nosso futuro digno e, estou certo de que foi por tal que o «Círculo» obteve em muito pouco tempo o importante conforto nesta sua fundação, proporcionado por um notabilíssimo leque de 6 associados coletivos Fundadores e 262 associados singulares Fundadores, personalidades estas oriundas de várias geografias e que representam um espetro alargado de visões sociopolíticas e culturais.

6. A sede do «Círculo» é em Miranda do Douro, localização que encerra um grande simbolismo na visão de "Território Global" que projeta, não só na mensagem de 'Todo Nacional', como na articulação e cooperação com Territórios vizinhos.

7. Esta é, enfim, uma iniciativa com Sede em MdD, que conta com o apoio comprometido e

fundamental do Município de MdD, que saudamos muito, MAS QUE, partindo de 'Terras de Miranda', abraça o todo de Portugal - uma iniciativa particularmente tocada pelo estado de (sub)desenvolvimento do seu Interior e particularmente focada em promover o desenvolvimento desta grande parte do nosso Território:

Desde Freixo de Espada à Cinta, passando por Guarda, Sabugal, Fundão, Castelo Branco, Campo Maior, Elvas, Reguengos de Monsaraz, Serpa... até Alcoutim...

III – ONDE ESTAMOS HOJE

8. Nos últimos meses ouvi muitas das personalidades a quem dirigi o convite para se juntarem ao «Círculo» como associadas fundadoras. Pois, de muitas dessas personalidades ouvi qualquer coisa como isto (um resumo da minha responsabilidade):

“Apoio a vossa iniciativa porque ela se foca no estudo, na promoção da reflexão e na proposta de ação relativamente ao tema mais relevante do presente, pensando no nosso futuro coletivo, o da organização político-administrativa e da correspondente gestão do Território... não sei exatamente qual a solução, mas sei que o modelo que temos atualmente é insustentável para esse futuro...”.

9. E esta mensagem realmente não surpreende, como aliás não surpreende o crescente número, em tempos recentes, de importantes estudos, de intervenções públicas nos *media*, e o também crescente debate político em torno desta questão, hoje bem sentida como incontornável e urgente, do modelo de organização e gestão do Território que melhor favoreça o desenvolvimento harmonioso de Portugal.

10. Cito, para memória futura, 5 estudos/documentos importantes, dados à luz nos últimos 12 meses:

10.1. Em finais de 2021

- (i) Fundação Calouste Gulbenkian – Foresight Portugal 2030, 3 volumes, 783 p., coordenado por Felix Ribeiro;
- (ii) Fundação Francisco Manuel dos Santos – Do Made-In ao Created-In, 342 p., coordenado por Fernando Alexandre;
- (iii) Câmara Municipal do Porto – Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico do Porto, com uma ampla visão de desenvolvimento regional, 274 p..

10.2. Em 2022

- (i) Associação Empresarial de Portugal – Do Pré- ao Pós-pandemia, os novos desafios, 226 p.
- (ii) SEDES – Ambição, Duplicar o PIB em 20 anos, Volume 1, 525 p.

10.3. A que necessariamente se acrescenta o importante documento legal – Lei 99/2019 de 5 de setembro, O Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), profusamente detalhado no seu ANEXO legal, ao longo de 265 p.

Resumindo, falo de 2150 páginas preparadas nos últimos meses por personalidades com grande formação académica, de vários quadrantes políticos... ou 2415 páginas, se incluirmos a importante análise e regulação contidas no PNPOT.

Estou certo de que o que motivou e moveu tantos analistas foi o sentimento inelidível de que algo vai muito mal na trajetória do País, diria que particularmente na trajetória a partir de 1996, isto é dos últimos 26 a 27 anos.

Mas, com referência a estes estudos mencionados, parece-me claro, e antecipo, que eles deixam um espaço relevante para aquilo que é a missão do «Círculo».

Como abaixo, aludirei...

11. Neste contexto, tenhamos, pois, em primeiro lugar, a lucidez, para lá da coragem, de aprofundar o nosso presente e de subseqüentemente visitar e desenhar estratégias que melhor sirvam o interesse coletivo em vésperas de comemorarmos os cinquenta anos do 25 de abril.

12. Não se trata, de forma alguma, de se fazer qualquer comparação com o regime do Estado Novo, tão abismal é a diferença de estados de desenvolvimento, na perceção da história dos povos, na vida em paz, na vida democrática, na liberdade de expressão e na evolução do direito à educação, à justiça e à assistência na saúde (nestas últimas vertentes... *malgré tout...*).

13. Trata-se, sim, da constatação de desenvolvimento não alcançado, de um futuro que o 25 de abril de 1974 nos abriu, o 25 de novembro de 1975 nos consolidou e a adesão Europeia de 1 de janeiro de 1986 nos prometeu na projeção de convergência europeia até hoje falhada.

14. Temos progredido, sim, mas a velocidade inferior àquela que percecionamos nos países da União, incluindo os de adesão mais recente.

15. Um falhanço de promessa de desenvolvimento, muito visível, com o tempo cada vez mais visível, que emerge em macro indicadores relevantes:

- (i) Observamos um empobrecimento relativo crescente no universo da União Europeia – com níveis de pobreza que só nos podem envergonhar, incluindo trabalhadores pobres, fruto de salários baixíssimos;
- (ii) Observamos uma assimetria crescente do Território Continental naquilo que é o seu povoamento/desumanização:
 - a. Com acentuada litoralização;

b. Com assimetrias inaceitáveis nos PIB per capita, regionais;

(iii) Observamos uma limitada descentralização democrática (na cauda da Europa);

(iv) Mantemos uma dívida pública preocupantemente elevada (desde essa subida descontrolada de 1996 a 2010) que limita, mais do que qualquer outra vertente, a nossa capacidade de inversão (positiva) de trajetória de desenvolvimento.

16. Se observarmos indicadores básicos de desenvolvimento, como sejam a evolução das populações residentes e as remunerações base, médias mensais, dos trabalhadores por conta de outrem, percebem-se diferenças lamentáveis para os correspondentes indicadores de Lisboa, Porto, Funchal e Ponta Delgada... curiosamente com a exceção de Campo Maior, por razões que facilmente se entendem.

17. Enfim, relativamente ao Território, factual e simplesmente, pela falta de coesão social e territorial, o modelo atual deve ser questionado - temos de procurar, de forma sólida e firme, novas políticas públicas.

IV – O Poder Político e o papel da Sociedade Civil no desenvolvimento nacional

18. Na minha opinião a Sociedade Portuguesa está preocupantemente anestesiada e consequentemente resignada - acordar e reagir é preciso.

19. O Poder Político é obviamente o decisor final e o executor, mas não chega o Poder Político para se identificar e construir os melhores caminhos para expansão e crescimento sustentável para as nossas Populações, para o nosso Território.

20. A Sociedade Civil tem um papel determinante no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas e, de facto, a História da Europa ensina-nos que é nos Países mais desenvolvidos que mais se percebe e sente essa intervenção, essa iniciativa da Sociedade Civil.

21. Ora, prova melhor não há, deste sentimento que muitos partilham sobre a premência, sobre a urgência de uma mudança de rumo, sobre a necessidade da Sociedade Civil promover essa mudança, do que a imensa adesão que tivemos no lançamento deste projeto do «Círculo».

22. É neste quadro que devemos ver e entender o «Círculo» e a sua missão.

23. Deixo-lhes algumas notas do que vejo como necessário:

23.1. Questionar o modelo atual de gestão do Território, distante das populações, e pensar seriamente numa reforma política, aliás prevista constitucionalmente, de reorganização e gestão próximas, que melhor identifique os problemas locais, que seja mais flexível e dinâmica;

23.2. Direcionar (nunca é tarde para o fazer) os importantes meios materiais

disponibilizados pela União Europeia para aumentar a competitividade nacional e do desenvolvimento harmonioso do Território, sendo que um indicador fundamental associado é o da diminuição da Dívida Pública (em percentagem do PIB):

- (i) apostando na criação de polos da Administração no Interior;
- (ii) apostando no desenvolvimento da indústria transformadora, das indústrias criativas e da agricultura;
- (iii) apostando no Mar e especificamente na Economia do Mar;
- (iv) apostando em infraestruturas fundamentais, para lá da água e da eletricidade, como é o caso não resolvido da cobertura WIFI para acesso à internet, que se revela como uma imensa limitação ao desenvolvimento local em cidades e aldeias do Interior;
- (v) apostando na criação de 'cidades completas', com infraestruturas de saúde, educação e comunicações, necessárias para a atratividade das populações.

24. E, esta opinião de que é necessário questionar o modelo atual de gestão do Território, começa a ter uma base muito alargada: é interessante ver notícia de hoje do Jornal do STAL, Sindicato associado à CGTP, na última página, num artigo breve sob o título "Descentralização só com regionalização", de que cito uma passagem final "*...importa reafirmar, como a realidade tem demonstrado, que só com um poder regional eleito e fiscalizado democraticamente será possível promover o desenvolvimento equilibrado do País...*"

25. Ora, para tal é necessário contrariar o posicionamento de uma certa *Intelligentsia* que permanece em defesa do *Status Quo* que alimenta a presente trajetória, e de que há, infelizmente indicadores (e episódios indicativos) sólidos:

- (i) A forma como o tema da Agência Europeia do Medicamento foi tratado em tempos não distantes...
- (ii) Na sequência desse episódio, o flop da desautorização de política anunciada pelo Governo relativa à anunciada mudança do Infarmed para o Porto...
- (iii) O falhanço das políticas de atração de pessoas para o interior, recentemente comentado pelo JN...
- (iv) As declarações muito chocantes de membros do Tribunal Constitucional ena sequência da votação do Parlamento sobre a potencial mudança do TC e do STA para Coimbra.

26. E é, ainda, necessário resolver o problema da concentração atual, absolutamente excessiva, de recursos humanos e materiais a nível central.

IV - Voltando ao «Círculo», para fechar a conferência - Prioridades de ação e ações em curso

27. O «Círculo» tem um espaço e um potencial de ação muito relevantes, desde logo pela extraordinária adesão que o projeto recebeu, inequivocamente devida à importância e consequente capacidade atratora do tema central – o desenvolvimento harmonioso do Território

28. E tem prioridades de ação:

- (i) Consolidar a “Biblioteca do Centralismo e do Desenvolvimento”, uma biblioteca dedicada com espaço físico próprio, para lá do espaço digital, também em Miranda do Douro;
- (ii) Construir, com o apoio alargado de especialistas, a Listagem Temática do Círculo, um banco de temas que releva explorar;
- (iii) Incentivar desde já estudos de “estudantes, investigadores e autores” em torno desses temas identificados;
- (iv) Lançar bolsas e prémios;
- (v) Promover debates e seminários;
- (vi) Lançar estudos de fundo focados nos modelos de organização e gestão do Território
- (vii)

E porque o humor é necessário para o nosso equilíbrio mental... termino com esta Nota:

Particpei numa importante conferência organizada pela Vida Económica, no dia 7 de julho passado, em Miranda do Douro, subordinada ao tema “Crescimento e sustentabilidade em Miranda do Douro”.

No quadro dos testemunhos de dificuldades sentidas pelos empreendedores para desenvolverem a Região, de que simbolicamente registo o mau funcionamento (ou inexistência) de rede WIFI, comentou um dos participantes, com óbvia ironia:

“Talvez os problemas se resolvessem se fosse obrigatório que um candidato a primeiro-ministro tivesse no seu currículo pelo menos 6 meses de atividade profissional a tempo inteiro numa cidade ou aldeia do Interior”.